DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO com PESSOA JURÍDICA
através de INEXIGIBILIDADE:

- 01 - Projeto Básico – Portaria 017/2015 - SEAD;
- 02 - Justificativa da razão da escolha;
- 03 - Justificativa do Preço com comprovação da compatibilidade com valor de mercado (Nota Fiscal¹ de serviço anteriormente prestado para órgãos da Administração Pública ou entidades privadas, em número de três (03) nos últimos 6 (seis) meses², para verificação de média de valor), sobre o artista que irá prestar o serviço ou do espetáculo objeto da contratação e não da empresa para com outros artistas ou espetáculos. Servirá de prova o Contrato de Trabalho e a Nota Contratual como documento comprobatório de rendimentos (art. 2º da Portaria nº 656, de 22 de agosto de 2018 do Ministério do Trabalho). Serve, ainda, Contratos particulares reconhecidos em Cartório ou pela simples emissão de Recibos de Pessoa Física ou Jurídica que ateste a contratação e o valor pago, com a descrição da finalidade contratual, em documento particular ou público que detenha comprovação lícita e legal³. *A razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação poderá ser aferida por meio da comprovação da proposta apresentada com os preços praticados pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou provados, ou outros meios igualmente idôneos* (Advocacia Geral da União – Orientação Normativa nº 17, de 1º de abril de 2009). O preço a constar na Justificativa de Preço é o valor **habitualmente cobrado pelo fornecedor – Procuradoria Geral do Estado da Paraíba⁴**;
- 04 - CNPJ, com descrição de atividade correspondente a atividade objeto do contrato - **Certidão Unificada de Regularidade Fiscal da Matriz e Filiais (STJ – AgInt no AREsp 1.286.122/2019)**;
- 05 - Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, inclusive para o MEI, com fundamento na Lei 9.528/97 e Circular Caixa 229/2001, Alínea “a” item 2.1, publicada no DOU de 21/11/2001.
- 06 - Certidão Conjunta Negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 07 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 08 - Certidão Negativa Estadual;
- 09 - Certidão Negativa Municipal;

---

¹ Notas Fiscais ou contratos celebrados entre o fornecedor e algum órgão da Administração Pública ou entre fornecedor e particular que comprove que o preço é o habitual cobrado pelo fornecedor, de modo a comprovar o preço de mercado (evitando superfaturamento) – Alínea a, Parágrafo Único, art. 15 da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2016/PGE/SEAD/CGE/Estado da Paraíba.

² TCU, Decisão nº 955/2002 – Plenário.

³ *Diversos são os parâmetros que poderão ser utilizados para se avaliar a adequação dos preços, mesmo quando se tratar de fornecedor exclusivo* (TCU, Acórdão nº 2.611/2007, Plenário, rel. Min. Augusto Nardes, j. em 05.12.2007). Citamos, também, a Resolução nº 15/2013 do Tribunal de Contas do Tocantins.

⁴ Justificativa do preço através da juntada de notas fiscais ou contratos celebrados entre o fornecedor e algum órgão da Administração Pública ou entre fornecedor e particular que comprove que o preço é o habitualmente cobrado pelo fornecedor, de modo a comprovar que não está ocorrendo superfaturamento. (Carta Circular nº 01/2-14-PGE/PB).

Habitual é um conceito que deriva de *habitus*, um termo latino. Trata-se de um adjetivo que refere aquilo que se realiza, tem ou sofre de forma continuada ou com frequência.

10 - Certidão Criminal dos integrantes do quadro societário – Lei 11.365 de 18 de junho de 2019, publica D.O. em 19/06/2019 (obs:5)

11 - Outros documentos que sejam necessários dependendo do objeto, alvará de funcionamento, declarações, editais, atas, atestos, termos, etc;

12 - Contrato Constitutivo ou Estatuto da Empresa e alterações contratuais ou Requerimento de Empresário;

13 - Cópia do RG e CPF dos sócios;

14 - Procuração em caso de Representante com poderes para tal ato, cópias do CPF e RG do representante;

15 - Dados Bancários – Banco Bradesco S/A – a partir de 20/12/2017 – Processo Administrativo 1410/2017 – Decreto nº 37.693/PB – Orientação da Gerência Financeira da FUNESC ou apresentar Ofício do Banco Bradesco S/A da impossibilidade da abertura da conta na referida Instituição, quando poderá informar Instituição Bancária diversa.

15 - Proposta do valor de cachê artístico ou da prestação do serviço (observar as considerações da Justificativa do Preço);

16 - Declaração de que os dirigentes da Empresa, Associação ou ONG, não possuam nenhum vínculo com a administração direta ou indireta do Governo do Estado da Paraíba, quando necessário (Art. 9º da Lei 8.666/93 e doutrina : **Marçal Justen Filho – Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos 14ª Edição, pág.169:** “...tanto é verdade que a vedação não abrange todo e qualquer servidor público. Somente apanha o sujeito vinculado ao órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação. “Ainda define que : “ Não há diferença entre as hipóteses de obras e serviços e as demais, considerada a questão disciplinada pelo dispositivo.” “...Daí a conclusão de que o princípio da Moralidade exige afastar-se objetivamente o risco de comprometimento da seriedade da licitação e da probidade na execução do contrato. Daí deriva a aplicação do disposto no art. 9º também à contratos cujo objeto não seja nem obra nem serviço.”)

17 - Carta de Exclusividade da empresa – registrado na junta comercial, Sindicato, federação ou confederação patronal – Art. 25, inc. I e III da Lei 8.666/93, caso o Contrato não seja celebrado diretamente com o artista - Carta Circular nº01/2014-PGE, quando couber;

18 - Contrato de Exclusividade do artista para a Empresa devidamente registrado em Cartório de Títulos e Documentos – AC-0096-02/08-Plenário-TCU;

19 - Documento de Identidade e CPF do artista representado pela Empresa;

20 - Na contratação de obras e serviços instruir com projeto básico - Carta Circular nº01/2014-PGE;

21 - Comprovação de Notoriedade do artista ou do espetáculo, inserindo currículo e notícias em jornais, revistas, mídia, crítica especializada, etc, no mínimo de três (03) ou qualificação técnica, dependendo do objeto;

22 - Registro do Artista na Delegacia Regional do Trabalho – DRT e dos agenciadores da mão-de-obra a ser contratado – Parecer 1629/PGE/G-2017 – Procuradoria Geral do Estado da Paraíba e Inscrição na Ordem dos Músicos do Brasil para Artista Músico (art. 17 e § 1º da Lei 3.857/60) ou de Instituição que congregue Artistas Profissionais (Sindicatos, Associações, entre outras. **Documento que comprove que o artista é Profissional – inciso III do art. 25 da Lei 8.666/93 - (Profissional é aquele que mantém a atividade como principal exercida);**

23 - Certidão de Enquadramento à Lei 10.744 de 01/08/2016. DISPENSADO PELA PRESIDÊNCIA EM REPOSTA AO MEMORANDO Nº 27/2016, DE 26/08/2016; Renovada a informação pelo Memorando 31/2020 para Presidência-Gestão Walter Galvão.

24 - Portaria que designou o servidor para a gestão do contrato que se pretende registrar, devidamente publicada no DOE.

25 - **Certidão negativa de inclusão no cadastro de Empregadores do Ministério Trabalho e Emprego que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de**

escravo - Lei 10.756 de 01/09/2016. (Relação atualizada que não seja superior a seis meses - § 5º, do art. 2º, da Portaria Interministerial nº 04 de 11/05/2016 ou Certidão da Diretoria do Órgão Requerente da contratação, mediante consulta do dia do sítio eletrônico oficial do Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS).

26 - Autorização de uso da imagem.

27 - Autorização da abertura de cadastro em seu nome com inclusão de seus dados pessoais – Lei 13.709/18.

Obs 1: Rol de Documentos aprovado pelo Conselho Diretor da FUNESC em Resolução 01/2021 no dia 18 de janeiro de 2021.

Obs 2: A documentação exposta acima está sujeita a alterações de acordo com a necessidade que o caso concreto exigir.

Obs 3: As cópias dos documentos acostados nos processos terão que ter obrigatoriamente o atesto do setor da sua autenticidade, dispensando-se em caso de cópias autenticadas em cartório. Em não estando com o referido atesto a responsabilidade passa a ser exclusivamente do Setor proponente (Lei 13.726/2018).

Obs 4: As Certidões que são obrigatórias para instrução processual devem ser extraídas e emitidas pela FUNESC, conforme dispõe a Lei 13.726/2018. Caso não seja possível a emissão em virtude de inconsistência, deve ser informado para o Cidadão, por e-mail ou outro meio de prova da comunicação, para que o mesmo se dirija até o referido órgão e promova a expedição regularizando a pendência que lá exista.

Obs 5: Em caso positivo poderão participar se estiverem em programa de leniência, nos termos da Lei 12.846/2013

Obs 6: A concessão de Prêmios entre homens e mulheres serão iguais, sendo vedada a premiação diferenciada (Lei 11.479 de 25 de outubro de 2019).